

ARTIGOS

A RESPONSABILIDADE DO ADVENTISTA E DA IASD NO CONTEXTO POLÍTICO

José Miranda Rocha, D.Min.

Professor de Ética Cristã do curso de Teologia do Unasp
Centro Universitário Adventista de São Paulo, Campus Engenheiro Coelho
jose.rocha@unasp.edu.br

RESUMO: No que tange a política, as perguntas mais comuns que chegam aos pastores e líderes da Igreja são: devem os adventistas votar na escolha de seus legisladores e governantes? Não seria uma forma de traição ao compromisso com o Reino de Deus esse tipo de participação no processo político? Pode algum membro da igreja tornar-se candidato a cargos eletivos sem contrariar os interesses da Igreja? Este artigo tem o objetivo de oferecer uma resposta tais questões, à luz da Bíblia e dos escritos de Ellen White.

PALAVRAS-CHAVE: política, adventista, Igreja Adventista, Estado, voto.

Adventist and the SDA responsibilities in the context of politics

ABSTRACT: In relation to politics, the most common questions that come from pastors and Church leaders are: Should a Adventist vote for the election of their representatives and of government? Would not this kind of political involvement be a treason to our commitment to the Kingdom of God? May a SDA member run for election without posit himself against the interest of the Church? This article will deal with these questions in an essay to draw answers on the light of the Bible and of the writings of Ellen White.

KEYWORDS: politics, Adventist, Adventist Church, State, vote.

INTRODUÇÃO

O cenário político nacional brasileiro mudou desde o anúncio oficial da candidatura de Geraldo Alckmin à presidência da república pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Outros nomes já haviam sido anunciados para a disputa ao posto de presidente da nação, e outros ainda serão conhecidos. No Brasil, estamos em tempo de decisão e cada cidadão é chamado a participar no processo de escolha.

A necessidade e a presença de liderança política na sociedade são realidades com as quais o ser humano se depara desde que se torna consciente para a vida social. No primeiro nível de consciência social, essas realidades são vistas no governo que mantém a ordem e promove o desenvolvimento. No segundo nível, elas existem como legisladores sociais; são os senadores, deputados e vereadores. Um terceiro nível identifica-as naqueles que zelam pela lei e a interpretam nas diversas situações da vida. São os magistrados do poder judiciário. Esses três grupos de liderança social têm sido denominados como os três poderes nas nações democráticas: executivo, legislativo e judiciário.

Há nações que, desde os séculos da Renascença, souberam combinar no executivo uma espécie de dupla representação de autoridade: A autoridade de Deus, vista na pessoa do rei ou rainha (a Inglaterra é um bom exemplo); e a autoridade humana, governando com um representante da autoridade do povo, nesse caso, o primeiro-ministro. Esse modelo governamental também é visto em repúblicas parlamentaristas (a França, segue esse modelo), diferindo no que diz respeito à natureza da autoridade do presidente e do primeiro ministro, pois ambos são representantes do povo. O conceito de representante da autoridade divina tem sido excluído nos modelos republicanos de governo, restando apenas a dimensão secular de



autoridade que governa um estado laico. As ditaduras e regimes totalitários ainda existem, mas constituem regimes de exceção e em minoria hoje.

Ao refletir sobre a realidade da política, enquanto atividade humana, Marciano VIDAL declara:

A política [enquanto atividade humana] se compõe da dupla vertente de realidade humana e de ciência. Como realidade humana, a política tem especial densidade de conteúdo; é ao mesmo tempo, ação e estrutura, ou melhor, é a relação dialética entre a liberdade e as mediações objetivas do poder. No que diz respeito à ação, a política é conjugação de arte, de técnica e de saber. As estruturas políticas, por sua vez, tendem a ampliar cada vez mais seu âmbito de atuação. Como ciência, a política pertence ao quadro dos saberes.... das leis [que regem o] fenômeno da politicidade.¹

A definição de VIDAL é, porém, secular e incompleta, quando analisada da perspectiva cristã. Ao referir-se aos governantes de sua época, Paulo surpreendeu os cristãos de Roma por identificá-los como ministros de Deus (Rm. 13:6), constituídos em favor da ordem social. Jesus Cristo declarou, diante da arrogância expressa por Pilatos, enquanto autoridade imperial romana, o princípio sobre o qual a teologia política de Paulo se apoiava, ao dizer: "Nenhuma autoridade terias sobre mim, se de cima não te fosse dada" (Jo 19:11).

Assim, ao nos depararmos com a necessidade de assumirmos uma posição contra ou a favor dos governos estabelecidos ou diante daqueles que postulam suas candidaturas a funções políticas mediante o reconhecimento do voto do povo, o cristão acredita que Deus, em última instância, é quem governa. Daniel deixou bem claro esse princípio em sua fala a Nabucodonosor: "Tu, ó rei, rei dos reis, a quem o Deus do céu conferiu o reino, o poder, a força e a glória, a cujas mãos foram entregues os filhos dos homens, onde quer que eles habitem, e os animais dos campos e as aves do céu, para que dominasses sobre todos eles, tu és a cabeça de ouro". (Dn. 2:37-38).

O profeta disse explicitamente ao rei: "o Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens; e o dá a quem quer e até ao mais humilde dos homens constitui sobre eles" (Dn. 5:19). Poderíamos chamar isso de teologia política? Certamente, mesmo que alguém pense na aparente ou real incompatibilidade entre os dois termos. O que todo genuíno cristão precisa fazer é uma pausa para pensar nessa relação e em sua responsabilidade individual no ambiente político que influencia sua vida e a da sociedade.

Como Igreja, os adventistas do sétimo dia, não raras vezes, têm-se defrontado com algumas pertinentes questões relacionadas com o ambiente político e os deveres da denominação e dos membros, enquanto indivíduos e cidadãos dentro da sociedade. Algumas destas questões estão ligadas ao direito e uso do voto, outras põem em juízo o direito de um adventista postular um cargo eletivo na estrutura do governo, quer como legislador de câmaras municipais, estaduais ou federais, quer como candidato a cargos do executivo em qualquer das esferas mencionadas. As perguntas mais comuns que chegam aos pastores e líderes da Igreja são: devem os adventistas votar na escolha de seus legisladores e governantes? Não seria uma forma de traição ao compromisso com o Reino de Deus esse tipo de participação no processo político? Pode algum membro da igreja tornar-se candidato a cargos eletivos sem contrariar os interesses da Igreja?

Este artigo objetiva a busca de uma resposta para tais questões. Para alcançar esse propósito, três importantes perguntas precisam ser constantemente lembradas e refletidas à luz das Escrituras Sagradas, dos escritos de Ellen G. White e da situação sócio-política presente: o que a Bíblia e os escritos de Ellen White dizem sobre política? Qual o papel da Igreja no mundo da política? O que é esperado do membro da igreja em relação ao processo político?

A primeira coisa que o cristão adventista precisa fazer, antes de responder a estas questões, é definir de maneira apropriada o termo política. Isto se torna necessário porque há conotações positivas e negativas na definição dessa palavra que podem alterar a compreensão do problema. Portanto, faz-se necessário clarificar o que política quer dizer em seu sentido original e derivado.

O QUE É POLÍTICA?

Do dicionário, temos as seguintes definições da palavra política: "Ciência do governo dos povos"; "Ciência ou arte de dirigir os negócios públicos"; "Ramo das ciências sociais que



trata da organização e do governo dos Estados”; “Arte de dirigir as relações entre os estados”; “Princípios políticos”; “Civilidade”; “Maneira hábil de agir”; “Astúcia, artifício”. Como se pode notar, desde as próprias definições, há conotações positivas e outras negativas no uso do termo. Mas a origem do vocábulo “política” vem do grego *politikê* e do latim *politicus*.²

De acordo com Solange Vergnières, na Grécia, a arte de fazer política adquiriu o tom do discurso a partir dos filósofos sofistas do final do quinto século antes de Cristo. Os sofistas provocavam reações diversas: Uns eram seduzidos por eles; outros se mantinham em atitude de desconfiança. Eram filósofos estrangeiros, não identificados com lugar nenhum e que iam para toda parte. Viajavam por toda a Grécia, mas foram mais bem acolhidos em Atenas, uma cidade rica, hospitaleira e que assegurava o direito de decisão aos seus habitantes. Esta era a época do apogeu de Atenas e seu marcante debate público; uma cidade aberta à arte, ao luxo e às idéias novas; era a *polis* habituada a debater os seus próprios problemas. O movimento sofista era um movimento popular da filosofia, que se caracterizava pela dessacralização do saber, até então acumulado pela elite de sábios jônios, conhecidos como fisiólogos. O saber passou a ser a *techné* profana, eficaz e útil, uma mercadoria que se vende, acessível a todos.³

Para Vergnières, os sofistas eram

Professores itinerantes, conferencistas da moda, os sofistas põem as idéias em circulação, inventando uma espécie de mercado de idéias. Utilizando múltiplos recursos da palavra e do discurso, concorrem para o desenvolvimento da inteligência argumentativa e crítica, ao enriquecimento do debate público.⁴

Protágoras foi certamente o sofista mais sutil. Para ele o avaliador da realidade era o próprio homem coletivo, a *polis*, constituída por aqueles capazes de avaliar o que era de valor útil (pragmático) para a sociedade. Mas os sofistas inclinaram a população a fazer avaliações erradas ao produzirem ilusões com seus discursos. Protágoras dizia que a natureza da cidade é artificial e leva o homem coletivo ao abandono individualista e, em conseqüência, à guerra. A única salvação do homem encontra-se no laço político, definido pela justiça (*dikê*) e pelo pudor (*aidos*). Todos devem participar do laço político para serem dignos da justiça (uma virtude transcendental da cidade dada por Zeus).⁵

A origem grega da filosofia política sofista ainda parece ser o ideário da política partidária de muitos países, incluindo o Brasil. Mas o cristão adventista deve estar alerta para o conteúdo filosófico que se encontra por trás dos discursos e tendências políticas. Não é demais lembrar que a única norma de fé e prática para os adventistas é a Palavra de Deus. Os escritos de Ellen White estão solidamente baseados na Palavra e ajudam a Igreja e os adventistas do sétimo dia a aplicarem princípios bíblicos na vida real.

BÍBLIA: NORMA CRISTÃ DE CONDUTA POLÍTICA

Embora a Bíblia não entre em detalhes de como deve ser a conduta política da Igreja e de seus membros, oferece idéias diretoras, leis e normas, exemplificados na vida e ministério de Jesus – o nosso exemplo normativo – e de dezenas de outros personagens do Antigo Testamento e Novo Testamento. Apesar das deficiências de sua humanidade pecadora, pessoas comprometidas com Deus viveram tais princípios, leis e normas, os quais fornecem sentido de orientação e motivação para as sucessivas gerações de seguidores de Cristo. Os nomes de José, Daniel, e outros, são constantemente lembrados e citados como modelos de participação política para o cristão contemporâneo.

O que a Bíblia ensina sobre política? Ao recorrer ao Antigo Testamento, podemos afirmar que ordem política é a crença no monoteísmo da fé judaico-cristã. Porque Ele é o governante do universo, outorgou ao homem esse direito, em âmbito limitado (Gn 1:26-31). Há necessidade de governo humano para que seja possível a existência da sociedade entre os homens. Essa é uma realidade ontológica que aparece desde o Gênesis. Deus é o Senhor ativo da história da humanidade e das nações. Daniel declarou a Nabucodonosor que este seria abatido de seu trono e poder real “... até que conheças que o Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens e o dá a quem quer” (Dn 4:25)”. Segundo E. Clinton Gardner, “cada profeta dirigiu sua mensagem tanto a reis como a súditos, pois todos viam os homens sob o julgamento divino e a comunidade no seu todo como responsável perante a vontade de Deus”.⁶



ENSINO DO NOVO TESTAMENTO

O Novo Testamento ensina com explícita clareza que os governantes recebem autoridade de Deus (Jo 19:10-11), são constituídos por Ele para o bem da sociedade (Rm 13:1-6). Pedro é imperativo ao ensinar que os cristãos devem estar sujeitos às instituições governamentais por causa do Senhor. Não importa que o governo seja constituído pelo “rei, como soberano”, ou por “autoridades como enviadas” de Deus “para castigo dos malfeitores, como para louvor dos que praticam o bem” (I Pe 2:13-14). O apóstolo enfatiza que esta é a vontade de Deus: “Porque assim é a vontade de Deus, que, pela prática do bem, façais emudecer a ignorância dos insensatos” (I Pe 2:15).

Jesus apoiou condicionalmente esta atitude cristã ao estabelecer limites da autoridade humana em relação a Deus como a suprema autoridade: “Daí a César o que de César e a Deus o que é de Deus” (Mc 12:17).

No caso em que haja conflito entre o que Estado exige e o que Deus ordena, o cristão deve assumir sua posição com base na declaração apostólica, conforme registrada no livro de Atos: “Então, Pedro e os demais apóstolos afirmaram: ‘Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens’”. (At 5:29).

De acordo com Oscar CULLMANN, “a missão que cabe à Igreja de todos os tempos diante do Estado é, segundo isto, clara: Deve dar realmente ao Estado tudo o que for necessário para sua existência. Deve combater todo anarquismo e todo zelotismo dentro de suas fileiras”.⁷

CULLMANN clarifica a posição política da Igreja ao atribuir-lhe a função de vigilante do Estado:

[A Igreja] deve cumprir diante do Estado a função de vigilante, isto é, permanecer, por princípio, em posição crítica diante de todo Estado e preveni-lo para que não transgrida seus limites. Deve negar ao Estado que ultrapassa seus limites o que este dela pede no terreno da transgressão religioso-ideológica e deve qualificar esta transgressão, corajosamente, como contrária à divindade. A Igreja cumprirá esta função, se permanecer fiel à sua posição escatológica fundamental do Novo Testamento. Poder-se-ia mostrar como a Igreja, no decorrer da história, tem tomado atitude errada diante do Estado, sempre que se tem esquecido de que o tempo presente já é cumprimento, porém ainda não consumação. ... ou, então, o Estado é aceito pura e simplesmente – sem levantamento de problemas e sem crítica – em tudo o que faz. Por parte do Estado, o pressuposto é não que ele seja necessariamente cristão, mas que saiba onde estão seus limites – e isto ele pode fazer, como vimos na carta aos Romanos. Em segundo lugar, o Estado tem de se esforçar para entender a atitude de seus súditos cristãos da melhor maneira possível. A este respeito, a cruz de Jesus deve ser o sinal de aviso.⁸

Ele afirma a teologia Paulina acerca da relação Igreja-Estado ao declarar que o Estado “corresponde à ordem de Deus de que existe um Estado mesmo agora e enquanto esta era perdurar. O Estado é determinado por Deus [sic] mas não de natureza divina... é uma instituição temporária” que encontra a sua lógica “na expectativa do Fim”.⁹

ATITUDES A REJEITAR

A Igreja deve, porém, estar vigilante também quanto às suas atitudes. Há atitudes políticas que devem ser rejeitadas e outras que devem ser cultivadas. Aquelas, porque comprometem a natureza da Igreja e destroem a sua unidade. Estas, porque mantêm a Igreja em sua missão de ser a luz do mundo e mediadora das relações sociais.

(1) “Entreguismo moral”. Dentre as atitudes políticas que devem ser repudiadas, encontra-se o que poderia ser identificado de “entreguismo moral”. Isto corresponde à ausência de participação na vida política da sociedade, tendo diversos motivos como pano de fundo. Um dos motivos é a repulsa de tomar parte no processo político para escolha de representantes do povo como legisladores e líderes para cargos do executivo por julgar política como “jogo sujo”.

Ao assumirmos esta atitude, pode haver, no fundo das intenções, uma boa dose de individualismo burguês e farisaísmo moral. Outros cristãos adventistas podem estar refletindo uma repulsa anarquista que nasce do sindicalismo operário e que desconfia de forma absoluta diante de todas as formas de poder. É possível que a teologia política do grupo que se recusa



a participar do processo político seja influenciada, conscientemente ou não, pela repulsa marxista ortodoxa que julga as estruturas de poder como pertencentes à etapa alienada da humanidade; na etapa final, tais estruturas alienadas desaparecerão, quando a sociedade civil (proletariado) encontrar sua perfeita identificação.

Há uma parcela de adventistas que pode estar citando a Bíblia para expressar, neste caso, a sua repulsa teológica de qualquer envolvimento do cristão no ambiente da política. Desta forma, os que se assim orientam declaram que o seu compromisso moral é com o Reino de Deus e não com os reinos deste mundo. Mas, diante da obrigatoriedade sobre o eleitor, vêem o voto como uma questão de “não podes, mas deves”.

(2) “Realismo político”. Esta segunda atitude a ser evitada pelo cristão adventista coincide com o “entreguismo moral” ao considerar ética e política como irreconciliáveis. Enquanto o entreguismo moral opta pela ética, o realismo político prefere sacrificar princípios morais em benefícios de interesses políticos. É como se alguém se posicionasse da seguinte forma: sendo que política é um inescapável jogo sujo, mas com grandes benefícios aos que dela fazem exercício, por que não tirar vantagens das “riquezas da injustiça” em favor do Reino de Deus? Afinal, concluem os que assumem essa posição, muito podemos fazer pela causa do evangelho se o Estado financiar nossos projetos eclesiais.

ATITUDES A ADOTAR

(1) Responsabilidade. Somos mordomos deste mundo e deveremos prestar contas pelo direito de domínio concedido, exercido ou não. O mundo será sempre pior sem a nossa participação sócio-política. O cristão deve saber que o interesse pelos problemas políticos da sua nação e comunidade social é perfeitamente coerente com a fé cristã. Se tivermos o poder político do voto, deixar de participar no processo de escolha da liderança da sociedade estabelecida poderia ser considerada irresponsabilidade de nossa parte para com os nossos semelhantes, visto que a omissão de nosso voto pode significar falha no exercício do governo com conseqüente prejuízo de recursos e vidas.

(2) Participação. O cristianismo não promove o individualismo isolado ou a introversão social, mas uma expressão religiosa de comunidade. Dons e virtudes cristãs têm implicações sociais. Devoção a Jesus Cristo significa amor aos semelhantes como filhos de Deus. “Devoção gera responsabilidade pelo bem-estar de outros”.¹⁰ Paulo VI declarou em sua visita à África: “Não salvaremos o mundo ficando fora dele”.¹¹ Sempre que os cristãos considerem uma lei ou ação política injusta têm a obrigação de fazer o que estiver ao seu alcance dentro dos limites da ordem estabelecida para participarem nos processos normais e legais pelos quais leis e ações venham a ser modificadas ou rejeitadas.¹²

GARDNER é bem direto ao apontar a ampla responsabilidade política do cristão, dentro de uma sociedade democrática:

Nos países em que cidadãos têm oportunidade de participar do processo de governo, a obediência a Deus não é a mesma coisa como submissão pura e simples àqueles que estão constituídos em autoridade e poder numa determinada época. Pelo contrário, isso envolve a responsabilidade de colaborar com as autoridades na realização de suas tarefas pelo apoio dado a elas, pela crítica contínua de seus atos e pelas providências para substituí-las quando for evidente tal necessidade no interesse de melhor governo.¹³

Embora não haja um conselho claro para orarmos em favor dos governantes, como seguidores de Cristo, somos chamados a orar diariamente para que a vontade de Deus seja feita, “assim na terra como no céu”. (Mt 6:10). Entre outros elementos que constituem a vontade de Deus em relação à Terra é que “haja paz na terra entre os homens, a quem ele quer bem” (Lc 2:14). É dessa perspectiva de responsabilidade bíblica que GARDNER acentua a participação do crente como colaborador “com as autoridades na realização de suas tarefas” quer manifestando apoio ou expressando seu desagrado “pela crítica contínua de seus atos”, tendo em vista sempre o melhor e legítimo governo que sustente justiça e liberdade como expressão da vontade de Deus.¹⁴

Essa visão bíblica do tema é, ao mesmo tempo, um desafio e um convite para que todo cristão entre no processo político e pratique a cidadania pelo exercício do voto, buscando informar-se e educar-se politicamente. Há necessidade de o cristão perceber que a ignorância



em relação à política não aumenta a felicidade espiritual individual, nem favorece o crescimento da Igreja enquanto comunidade. Pelo contrário, é no caos gerado pela ausência de participação política dos cristãos que se estabelece desordem social e decadência moral.

Esta é a posição que a Igreja Adventista do Sétimo Dia vem desenvolvendo sobre as questões políticas desde os seus primórdios como denominação. Em 1863, a Associação Geral declarou que o ato de votar, “quando exercido em favor da... humanidade, e da justiça”, era isento de culpa e “altamente apropriado”.¹⁵ Mas, desde então, não havia nenhuma posição oficial apoiando política partidária, visto, como escrevera Tiago White, em 1860, “votar era um assunto pessoal”, ficando a escolha de exercer ou não esse direito sem qualquer censura ou pressionamento por parte da denominação e igrejas locais.¹⁶

Quando os adventistas da Califórnia e Michigan tentaram quebrar essa posição de não envolvimento em ativismo político durante a questão da temperança, na década de 1880, a princípio Ellen G. White advertiu dos riscos de tal envolvimento e aconselhou que “a obra de temperança deve começar na família”. Mais adiante, ao perceber o perigo de estabelecimento de leis que liberavam a venda de bebidas alcoólicas, Ellen G. White aconselhou que os adventistas exercessem o seu direito de voto contra essa liberação, mesmo que a votação acontecesse no sábado, se isso fosse absolutamente necessário para manifestar nossa posição quanto ao assunto em debate.¹⁷

CANDIDATOS ADVENTISTAS A CARGOS ELETIVOS

Quanto à candidatura a posições na estrutura de governo, mediante voto, parece haver posições contrárias e excludentes entre os adventistas do sétimo dia. Ambos os grupos buscam apoio em declarações de Ellen G. White. Os que se posicionam a favor de membros da Igreja como postulantes a cargos eletivos dentro da política citam as seguintes declarações: “Muitos jovens de hoje, que crescem como Daniel no seu lar judaico, estudando a Palavra e as obras de Deus, e aprendendo as lições do serviço fiel, ainda se levantarão nas assembléias legislativas, nas cortes de justiça, ou nos palácios reais, como testemunhas do Rei dos reis”.¹⁸

Em outra declaração, Ellen G. White exorta a juventude, ao indagar:

Querida juventude, qual é o alvo e propósito de vossa vida? Tendes a ambição de educar-vos para poderdes ter nome e posição no mundo? Tendes pensamentos que não ousais exprimir, de poderdes um dia alcançar as alturas da grandeza intelectual; de poderdes assentar-vos em conselhos deliberativos e legislativos, cooperando na elaboração de leis para a nação? Nada há de errado nessas aspirações. Podeis, cada um de vós, estabelecer um alvo. Não vos deveis contentar com realizações mesquinhas. Aspirai à altura, e não vos poupeis trabalhos para alcançá-la.¹⁹

Membros da Igreja que aspiram ser eleitos para tais posições pontuam que a votação expressa a vontade de Deus. Logo, buscar votos favoráveis à sua candidatura não fere nenhum princípio, pois estaria nesse caso abrindo caminho para que ele exerça o desejo de Deus de colocar seguidores de Cristo em cargos onde trabalhem pela pregação do evangelho e da ação da Igreja.

Há, porém, uma outra ala de membros da Igreja que também busca apoio em textos de Ellen G. White para defender a não participação no processo político.

O Senhor quer que Seu povo entere as questões políticas. Sobre esses assuntos, o silêncio é eloquência. Cristo convida seus seguidores a chegarem à unidade nos puros princípios evangélicos que são positivamente revelados na palavra de Deus. Não podemos, com segurança, votar por partidos políticos; pois não sabemos em quem votamos. Não podemos, com segurança, tomar parte em nenhum plano político. Não podemos trabalhar para agradar a homens que irão empregar sua influência para reprimir a liberdade religiosa, e por em execução medidas opressivas para levar ou compelir seus semelhantes a observar o domingo como sábado.²⁰

É evidente que o problema que estava motivando esta posição de Ellen G. White, conforme exposta na declaração acima, era uma luta partidária para dar validade às pretensões dos fanáticos observadores do primeiro dia da semana de perseguir qualquer opositor que se levantasse contra a lei dominical que pretendiam impor sobre a sociedade.



Será imprudência, portanto, tomar esta declaração como base para sugerir a não participação no processo de votação em situações normais da sociedade para a escolha de seus líderes?

Outros tentam apontar para o exemplo de Cristo que “conservou-se afastado dos governos terrestres. Não porque fosse indiferente às misérias do homem, mas porque o remédio não residia em medidas meramente humanas e externas. Para ser eficiente, a cura deve atingir o próprio homem, individualmente, e regenerar o coração”.²¹

A ênfase contrária à participação política do cristão aponta para as inúmeras recusas de Cristo. Dizem os defensores da não participação dos adventistas em política que Jesus, quando solicitado a decidir sobre “questões políticas e jurídicas”, recusava-se a “interferir em assuntos temporais”.²²

Nessa linha de argumento, esse mesmo grupo de pessoas se define contrário ao exercício do direito do voto, ao declarar que a “nossa ocupação consiste em preparar um povo para estar em pé no grande dia de Deus. Não devemos desviar-nos para procedimentos que provocam polémica, ou suscitem oposição nos que não são da nossa fé”.²³

EM BUSCA DE CONCILIAÇÃO

As duas posições deveriam ser conciliadas com base no ensino da Palavra de Deus. Há histórias e exemplos normativos que serão de auxílio aos adventistas que desejam conhecer e obedecer à vontade de Deus no tocante à responsabilidade política no mundo. A partir dos exemplos de José e Daniel, o primeiro como governador do Egito (Gn. 45:7-8), e o segundo como o primeiro-ministro de Babilônia e Medo-Pérsia (Dn 2), pode-se concluir que é vontade de Deus que Seus servos assumam o controle político como executivos e ou legisladores em determinadas situações sociais ou econômicas.

Em 1928, o pastor F. M. WILCOX publicou a seguinte posição, aceita como declaração oficial dos adventistas sobre o direito ao voto:

É privilégio de cada indivíduo exercer o direito de voto. Ninguém tem autoridade para negar-lhe este privilégio. A Igreja Adventista do Sétimo Dia não procura ditar a seus membros como devem votar, ou se devem votar. Isto é deixado a critério de cada um para agir dentro de seu próprio julgamento no temor de Deus. Foi-nos dito pela serva do Senhor que não devemos unir-nos a partidos políticos, e que não devemos agitar questões políticas em nossas escolas e instituições. Por outro lado, temos sido instruídos pela mesma autoridade que quando certas questões morais, como a proibição [de venda de bebidas alcoólicas], estão envolvidas, os defensores da temperança deixam de cumprir seu inteiro dever a menos que exerçam sua influência por preceito e exemplo – pela voz, pela pena e pelo voto – em favor da abstinência total... esta instrução não é obrigatória; ainda é deixado a critério de cada um determinar por si próprio o que ele deve fazer.

Embora o membro individual da igreja tenha o direito, se assim ele quiser, de votar, a igreja em si deve manter-se inteiramente fora da política. É uma coisa os membros individuais da igreja votarem, e outra coisa estes mesmos membros em suas capacidades da igreja procurarem influenciar medidas políticas.²⁴

Esta é a posição sustentada pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, conforme declaração oficial. O alvo é manter uma posição ativamente neutra em face à sua participação como organização não-política. A Igreja respeita os vários processos políticos existentes em diferentes formas de governo, mas não se envolve em aconselhar seus membros para dar suporte a um partido em detrimento de outro. A Igreja também não interfere na decisão de um de seus membros em candidatar-se a cargos eletivos, exceto quando tal pessoa porte credencial de obreiro.²⁵

Em setembro de 2000, a mesa diretiva da União Central Brasileira (sede administrativa da IASD para o Estado de São Paulo) estabeleceu o seguinte voto, divulgado em circular enviada aos funcionários em geral:

Pondo em prática a posição da Igreja no que concerne a atividades políticas em relação aos que trabalham como obreiros na causa do Senhor, a União tomou e promulgou o seguinte voto: (1) Em caso de um obreiro se candidatar a cargo eletivo, ele deve deixar seu trabalho na Obra, e entregar sua credencial de obreiro logo que se



efetue seu registro como candidato. (2) A administração do Campo ou Instituição deve ser responsável pela execução do voto.²⁶

O mesmo documento que divulgou este voto concluiu que o cristão adventista pode assumir cargos eletivos, desde que ele (1) não exerça cargos na Igreja; (2) não faça de maneira alguma campanha na Igreja; e (3) não use o nome da Igreja para se promover.²⁷

É mister lembrar os perigos a que estão expostos os candidatos a cargos políticos. Pode-se resumir estes riscos em cinco pontos: (1) envolvimento em procedimentos imorais, mentir, roubar, manipular a opinião pública; (2) enriquecimento ilícito por meios políticos; (3) forçar o apoio da Igreja à sua política partidária e gerar divisionismo no “corpo de Cristo”; (4) perder de vista a missão de Cristo: evangelizar e servir; (5) perder a salvação e a entrada no Reino.

Quanto à Igreja, enquanto denominação, deve ser descartada, de modo absoluto, a sua participação em política partidária. Nossa posição oficial é apolítica. Pastores e líderes da Igreja, em funções pastorais distritais ou em outro nível da estrutura organizacional da denominação, farão certo em precaver-se de qualquer manifestação de apoio em nome da Igreja a um determinado candidato em detrimento de outros. Ninguém está autorizado por Deus a servir de consciência a outro.

Dois conselhos de Ellen G. White pertinentes ao assunto deste artigo devem ser constantemente observados, principalmente em momentos de extrema polarização política. O primeiro: “Mantenha sua votação para si. Não sinta como seu dever insistir para que todos façam como você”.²⁸ O segundo: “Não é empenhando-nos em polêmicas, seja do púlpito ou fora dele que agradamos a Deus”.²⁹ **NOTAS DE REFERÊNCIA**

¹ Marciano Vidal, *Para Conhecer a Ética Cristã* (São Paulo: Edições Paulinas, 1993), p. 409.

² “Político”, em Antônio Geraldo da Cunha, *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982), 621.

³ Solange Vergnières, *Ética e política em Aristóteles* (São Paulo: Paulus, 1999), p. 24-25.

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem.

⁶ E. Clinton Gardner, *Fé bíblica e ética social* (São Paulo: Aste, 1965), p. 364.

⁷ O. Cullmann, *The State in the New Testament* (Nova York: Charles Scribner's Sons, 1955), pp. 105-106.

⁸ Ibidem.

⁹ Idem, *Série Encontro e Diálogo: Cristo e Política* (São Paulo: Paz e Terra, 1968), 6:54.

¹⁰ Diálogo, 9:1-1997, p. 5

¹¹ José Bessa, “O Ministério de Visitação”, *Revista Adventista*, fevereiro de 1974, p. 8.

¹² Gardner, *Fé bíblica e ética social*, p. 369.

¹³ Ibidem, pp. 369-370.

¹⁴ Ibidem, pp. 369 e 371.

¹⁵ Yvonne D. Anderson, “The Bible, the Bottle and the Ballot”, *Adventist Heritage*, outono de 1982, vol. 1, nº 2, p. 41.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem, p. 44.

¹⁸ Ellen G. White, *Educação*, 3ª edição (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, n/d), p. 262. (Itálico acrescentado).

¹⁹ Idem, *Fundamentos da Educação Cristã* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1996), p. 82.

²⁰ Idem, *Obreiros evangélicos* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1969), p. 391.

²¹ Idem, *O Desejado de Todas as nações* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2003), p. 509.

²² Idem, *Obreiros evangélicos*, p. 396.

²³ Idem, *Testemunhos seletos* (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1985), 3:45.

²⁴ F. M. Wilcox, “A Igreja e a Política”, *Review and Herald*, 13 de setembro de 1928.



²⁵ Ver Public Affairs and Religious Liberty Department of the Seventh-day Adventist Church, *The Religious Liberty Leader's Handbook*, p. 30. Consulta realizada no dia 23/04/2006, no site http://www.adventist.org/mission_and_service/religious_liberty.html.em.

²⁶ "Deve o cristão assumir cargos políticos eletivos", circular enviada aos obreiros pela administração da União Central Brasileira. Material não publicado.

²⁷ Ibidem.

²⁸ Ellen G. White, Carta 4 de 1898.

²⁹ Idem, *Testemunhos para ministros e obreiros evangélicos* (Tatuí, SP: casa Publicadora Brasileira, 1993), p. 332.